

A burocracia e a ineficiência

JULIAN CZAPSKI

No Brasil, como na maioria dos países em desenvolvimento, os serviços públicos de saúde são ineficazes e ineficientes.

Para constatar este fato, basta tomarmos como exemplo as doenças infecto-contagiosas como malária, dengue, febre amarela, leptospirose, tuberculose, hanseníase etc. Algumas delas foram consideradas erradicadas, porém voltaram. E voltaram apesar do número de funcionários da Sucam, do Ministério da Saúde, responsável pelo controle das doenças transmissíveis, ter sido dobrado e as verbas multiplicadas.

A eficácia do serviço público na área pode ser medida analisando-se o ciclo da malária. Esta doença foi considerada extinta por várias vezes em muitas regiões do País. Aí relaxava-se o controle, e dois ou três anos após o nível de doentes atingia picos às vezes mais altos que os do início do combate.

Campanhas de vacinação como contra a paralisia infantil só se realiza uma única vez. Depois da campanha, quando o serviço da prevenção da doença é eficaz, a vacinação e a revacinação são feitas de forma rotineira. A necessidade de uma nova campanha é o atestado da falência do sis-

tema normal de controle, no Brasil, de todas as vacinações, exceto varíola.

Há alguns anos, as autoridades chamavam para si o tratamento dos tuberculosos e a incidência da moléstia aumentou: frequentemente, faltam medicamentos para os doentes e a interrupção do tratamento cronifica a doença. Assim podemos alinhar inúmeros exemplos.

Ao levarmos em conta os serviços curativos podemos constatar que o custo dos serviços públicos é cinco vezes maior do que o privado e a permanência dos doentes nas entidades públicas é de duas a três vezes maior. Além disso, o coeficiente de mortalidade nos hospitais próprios da Previdência é superior ao dos estabelecimentos privados comparando-se casos de mesma gravidade.

Em estudo comparativo do tratamento de acidentados do trabalho atendidos pela Previdência Social e tratados por convênios diretos de indústrias com grupos médicos privados, verifica-se que o afastamento do trabalho é 60 por cento menor e as seqüelas definitivas 50 por cento inferiores nos casos tratados pela iniciativa privada.

A iniciativa privada, com 65 por cento dos leitos hospitalares no País, atende a 90 por cento da demanda por internações.

Surge agora a pergunta: por que os serviços públicos são ineficazes e ineficientes? Ineficientes o são pela própria nature-

za do serviço público. Este é sempre burocratizado e relativamente centralizado. O burocrata, pela sua própria condição de burocrata, não assume responsabilidades a não ser as já regulamentadas. Isto retarda e encarece muito os atos a serem praticados. Desde que um grande sanitário detecte um mosquito transmissor de uma moléstia, até que o Ministério ordene uma medida e esta se torne efetiva, a doença teve tempo suficiente de se alastrar, ocasionando altos dispêndios.

No serviço público, o número de funcionários é sempre excessivo e as repartições transformadas em cabides de emprego, funcionando precariamente. Essas deficiências são agravadas ainda por problemas políticos, que impedem que as pessoas certas estejam nos lugares certos.

Meditando um pouco sobre os quadros aqui expostos rapidamente, só podemos chegar a conclusão de que a polêmica entre estatização ou não dos serviços de saúde nada tem a ver com a escolha entre um serviço eficaz ou não, nem se a população é melhor atendida em um outro sistema. Trata-se simplesmente de uma luta de ideologias, que esquecem-se do essencial — prover a população de um bom serviço de saúde.

Julian Czapski é Diretor da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde e Médico com mestrado em Saúde Pública pela USP Fellow Of American Public Health Association